



A Beneficência
Portuguesa
de São Paulo

REAL E BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA

C.N.P.J. nº 61.599.908/0001-58

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS						DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS										
Ativo	Nota	2016		2015		Passivo	Nota	2016		2015		Nota	2016		2015	
Circulante						Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	8.a	19.844	24.204			Fornecedores de materiais e medicamentos	13	103.017	82.280			22	1.261.199	1.040.592		
Títulos e valores mobiliários	8.b	289.195	285.378			Financiamentos - FINIMP	14	13.212	14.098				8.442	9.833		
Contas a receber	9	353.580	269.019			Obrigações trabalhistas e sociais	16	105.595	73.106				1.269.641	1.050.425		
Estoques	10	26.278	25.832			Honorários e comissões médicas	17	26.380	27.964							
Outros créditos	11	486	5.018			Impostos, taxas e contribuições a recolher	18	2.113	1.410							
Despesas pagas antecipadamente		566	269			Financiamentos - BNDES	15	7.999	6.464							
Total do circulante		689.949	609.720			Outras contas a pagar		22.668	13.409							
Não circulante						Total do circulante		280.984	218.731							
Realizável a longo prazo						Não circulante										
Títulos e valores mobiliários	8.b	35.963	6.321			Financiamentos - FINIMP	14	20.950	22.984							
Depósitos judiciais	19	16.490	11.814			Financiamentos - BNDES	15	82.521	61.865							
Outros créditos		76	75			Provisão de contingência	19	42.162	46.610							
		52.529	18.210			Passivo atuarial	20	380.395	258.090							
Imobilizado	12	843.424	788.825			Centro de pesquisas		112	948							
Intangível		14.774	6.506			Total do não circulante		526.140	390.497							
Total do não circulante		858.198	795.331			Patrimônio líquido										
Total do ativo		1.600.676	1.423.261			Patrimônio social	21	473.343	488.423							
						Subsídios para investimentos e pesquisas		282	282							
						Ajuste de avaliação patrimonial	21	319.927	325.328							
						Total do patrimônio líquido		793.552	814.033							
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.600.676	1.423.261							

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Patrimônio social	Subvenção para investimentos e pesquisas	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2015	529.544	61	330.729	-	860.334
Superávit do exercício	-	-	-	28.264	28.264
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Variação atuarial sobre obrigação com os associados	(74.565)	-	-	-	(74.565)
Total do resultado abrangente	454.979	61	330.729	28.264	814.033
Realização de reserva	-	-	(5.401)	5.401	-
Constituição de reserva para subvenção	-	221	-	(221)	-
Transferência para patrimônio social	33.444	-	-	(33.444)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	488.423	282	325.328	-	814.033
Superávit do exercício	-	-	-	101.824	101.824
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Variação atuarial sobre obrigação com os associados (nota 20)	(122.305)	-	-	-	(122.305)
Total do resultado abrangente	366.118	282	325.328	101.824	793.552
Realização de reserva	-	-	(5.401)	5.401	-
Transferência para patrimônio social	107.225	-	-	(107.225)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	473.343	282	319.927	-	793.552

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência ("Associação"), fundada em 02 de outubro de 1859, é uma associação civil de direito privado de caráter beneficente, social e científico, sem finalidade lucrativa, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira e conta com três unidades hospitalares na cidade de São Paulo. A Associação tem por objeto o atendimento médico, cirúrgico, hospitalar e de exames complementares aos seus Associados e pacientes de todos os níveis econômicos e sociais, sem qualquer tipo de distinção e na condição de entidade beneficente e filantrópica, a manter leitos e serviços hospitalares para uso público. Considerada entidade de utilidade pública, é beneficiada com isenções de taxas e impostos federais, estaduais e municipais sendo mantenedora da escola de técnico em enfermagem, totalmente gratuita. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Associação em 09 de março de 2017. **3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: • Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado; e • O passivo atuarial mensurados ao valor presente. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 9** - provisão para crédito liquidação duvidosa; • **Nota explicativa 12** - valor residual do ativo imobilizado; • **Nota explicativa 19** - provisão para contingência; e • **Nota explicativa 20** - passivo atuarial. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Associação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Notas explicativa 28** - instrumentos financeiros. **6. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Associação pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **b. Contas a receber:** As contas a receber de pacientes e convênios são registradas pelo valor produzido, ou seja tendo como base a etapa de execução dos serviços até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras pelos serviços prestados a faturar. A conta de valores a faturar refere-se aos serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio. A provisão para créditos com liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **c. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor e correspondem aos itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Associação possui procedimento para análise periódica do custo e do valor realizável líquido dos estoques, bem como realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque. **d. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Associação questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e são apresentados pelos valores originais no realizável a longo prazo no montante de R\$ 16.490 e

para aqueles processos em que os depósitos judiciais possuem uma respectiva provisão para contingência registrada no passivo não circulante, em virtude de ser avaliado com o risco de perda provável pelos assessores jurídicos da Associação, estes são apresentados deduzindo da respectiva provisão no montante de R\$ 17.922. **e. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **Custos subsequentes:** Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado não reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Associação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos: Edificações/benfeitorias 60 Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos 10 Móveis, máquinas e utensílios 20 Imóveis 60 Instalações 20 Equipamentos de informática 5 Biblioteca 2 Veículos 5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. **g. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **h. Benefícios a funcionários:** A Associação não possui planos de pensão ou obrigações pós aposentadoria. **i. Provisão atuarial:** A Associação possui obrigações futuras assumidas com seus associados, previsto em Estatuto Social, de atendimento médico hospitalar gratuito vitalício no Hospital São Joaquim. A cada encerramento do exercício, a obrigação presente assumida é calculada a valor presente, com base nas regras determinadas no CPC 33 R1, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo obtidos os resultados em consonância com critérios atuariais. **j. Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação, em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período ocorrido (pro rate temporis). **k. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **l. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Associação é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **m. Outras provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Associação tem um obrigação presente legal ou implica como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **n. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** A Associação de acordo com o CPC 12 - Ajuste a valor

Receita da atividade hospitalar

	2016	2015
Pacientes e convênios	22 1.261.199	1.040.592
Outras receitas operacionais	8.442	9.833
Total das receitas	1.269.641	1.050.425
Custo dos materiais, medicamentos e honorários médicos	(382.166)	(321.170)
Lucro bruto	887.475	729.255

Receitas (despesas) operacionais

	2016	2015
Despesas com pessoal	23 (503.193)	(439.669)
Despesas com materiais	(63.833)	(49.697)
Serviços prestados	(130.644)	(113.286)
Energia, utilidades e comunicações	24 (23.927)	(22.934)
Comunicação e marketing	(15.564)	(4.608)
Impostos, taxas e contribuições	(1.551)	(1.762)
Depreciações e amortizações	(21.800)	(22.845)
Despesas gerais	(20.839)	(12.243)
Provisão para contingências	19 (6.245)	(10.277)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9 (53.802)	(37.310)
Outras receitas (despesas) operacionais	16.532	(3.265)
	(824.866)	(717.896)

Superávit operacional antes do resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras, líquidas	25 39.215	16.905
Superávit do exercício	101.824	28.264

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2016	2015
Superávit do exercício	101.824	28.264

Itens que não serão reclassificados para o resultado

	2016	2015
Variação atuarial sobre obrigação com os associados (nota 20)	(122.305)	(74.565)
Resultado abrangente total	(20.481)	(46.301)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2016	2015
Superávit do exercício	101.824	28.264
Ajuste por		
Depreciação e amortização	21.801	22.845
Juros e variação cambial	3.234	20.072
Resultado na venda de ativos imobilizados	2.963	1.770
Provisão para créditos liquidação duvidosa	53.802	37.310
Provisão para contingências	6.245	18.493
Superávit ajustado	189.869	128.754

Variáveis nos ativos e passivos

	2016	2015
(Aumento) redução das contas do ativo		
Contas a receber	(138.363)	(58.480)
Estoques	(446)	(4.664)
Outros créditos	4.531	649
Despesas antecipadas	(297)	269
	(134.575)	(62.227)

(Aumento) redução das contas do passivo

	2016	2015
Fornecedores de materiais e medicamentos	20.737	(1.366)
Impostos taxas e contribuições	703	329
Obrigações trabalhistas e sociais	32.489	11.374
Contingências e depósitos judiciais	(15.369)	(10.408)
Honorários e comissões médicas	(1.584)	(408)
Outras contas a pagar	8.423	(5.455)
	45.399	(5.934)

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	100.693	60.593

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

	2016	2015
Títulos de valores mobiliários	(33.459)	28.393
Adições do imobilizado e intangível	(87.630)	(86.331)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(121.089)	(57.938)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

	2016	2015
Captação financiamentos - FINIMP	17.041	1.216
Captação financiamentos - BNDES	27.526	28.904
Amortização de financiamentos	(19.672)	(14.973)
Amortização juros	(8.859)	(6.088)

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

	2016	2015
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4.360)	11.714

Caixa e equivalentes do início do período

	2016	2015
Caixa e equivalentes do início do período	24.204	12.490
Caixa e equivalentes do final do período	19.844	24.204
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4.360)	11.714

presente, analisou suas contas de ativos e passivos de curtos e longos prazos, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante, portanto não houve impactos dessa natureza em suas Demonstrações Financeiras. **o. Apuração do resultado contábil:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização. **p. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Associação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela

☆ continuação		NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA REAL E BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA									
prática contábil apresentar os títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 - Demonstrações do Fluxo de Caixa. (iii) Passivos financeiros não derivativos: A Associação reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos junto a instituições financeiras, fornecedores, honorários e comissões médicas e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iv) Instrumentos financeiros derivativos: A Associação não possuía em 31 de dezembro de 2016 e 2015 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abrange as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Associação não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém já identificou que não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras. IFRS 15 - "Receita de contrato com cliente" estabelece novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços e extensas divulgações um modelo de cinco etapas que se aplicam à receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados às atividades ordinárias da entidade. Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Associação não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém já identificou que não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras. IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil" Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. Este pronunciamento deverá ser adotado com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Associação não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém já identificou que não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.											
7. Trabalho voluntário: Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais e em contrapartida em outras despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2016 a Associação registrou o montante de R\$ 1.257 (R\$ 1.163 em 2015) referente a trabalhos voluntários.											
8. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:											
a. Caixa e equivalentes de caixa											
Caixas e bancos		2016	2015								
Aplicações financeiras		17.603	23.057								
		19.844	24.204								
As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e letras de arrendamento mercantil, remuneradas a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento entre 94% e 101% do CDI (97% a 101% do CDI em 2015).											
b. Títulos e valores mobiliários											
	Remuneração	2016	2015								
Letras financeiras	103,5% a 106,2% do CDI	192.299	65.501								
Compromissadas	100,5% a 106% do CDI	87.863	202.871								
CDB	94% a 101,5% do CDI	3.203	7.579								
Letras de arrendamento mercantil	101% a 103% do CDI	41.793	15.748								
		289.195	285.378								
Circulante		35.963	6.321								
Os valores de títulos e valores mobiliários registrados no não circulante referem-se a Letras de Arrendamento Mercantil (LAMs) com vencimento previstos acima de 360 dias da data das demonstrações financeiras.											
9. Contas a receber											
Convênios		386.677	306.950								
Pacientes particulares		50.222	47.630								
Sistema único de saúde - SUS		35.716	21.572								
Outros		10.249	9.831								
		482.864	385.983								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(129.284)	(116.964)								
		353.580	269.019								
As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:											
		2016	2015								
À vencer		243.526	209.036								
Vencidos até 30 dias		47.392	27.329								
Vencidos entre 31 e 180 dias		62.662	32.654								
Vencidos há mais de 180 dias		129.294	116.964								
		482.864	385.983								
A provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas constituídas para cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentaram a seguinte movimentação:											
Saldo em 31/12/2014		(101.077)	(37.310)								
(+) Novas provisões constituídas		945	20.478								
(-) Reversão de provisão por aceite de glosas		20.478	(116.964)								
Saldo em 31/12/2015		(116.964)	(53.802)								
(+) Novas provisões constituídas		2.844	38.638								
(-) Reversão de provisão por aceite de glosas		38.638	(129.284)								
Saldo em 31/12/2016		(129.284)	(116.964)								
O cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas inclui a análise individual dos saldos em contas a receber, o montante vencido há mais de 180 dias para as operadoras de plano de saúde e para clientes particulares, os valores em cobrança judicial, bem como histórico de perdas dos saldos. A Associação constituiu a provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber vencidas há mais de 180 dias dos valores relativos aos títulos em abertos e não recebidos, bem como para os valores relativos aos serviços prestados a faturar com período superior a data estipulada em contrato e ainda não faturados às operadoras de planos de saúde e de auto-gestão. No ano de 2016 a Administração autorizou a baixa de R\$ 38.638 diretamente da conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como do contas a receber, montante este relativo aos títulos em aberto até 31 de dezembro de 2014, os quais não foram recebidos até a data do balanço e a Administração entende não haver mais possibilidade de recebimento desses títulos.											
10. Estoques											
Almoxarifado - Depósito fechado e farmácia		19.744	20.601								
Almoxarifado geral		6.275	4.672								
Almoxarifado - Outros		259	559								
		26.278	25.832								
11. Outros créditos											
Adiantamento a fornecedores		342	4.389								
Reembolso de consultórios - custos		140	497								
Outros		80	207								
		562	5.093								
12. Imobilizado: As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão demonstradas nos quadros abaixo:											
		Saldos em 31/12/2015		Adições		Baixas		Transfe-rências		Saldos em 31/12/2016	
Edificações/benfeitorias		246.038	-	(6)	105.529	351.561					
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos		152.868	1.331	(1.789)	12.650	165.060					
Móveis, máquinas e utensílios/colchões		53.738	802	(1.464)	13.462	66.538					
roupas similares		16.484	-	-	16.484						
Imóveis		29.179	75	-	17.504	46.758					
Instalações		14.313	445	(109)	4.142	18.791					
Equipamentos de informática		356.235	-	-	356.235						
Terrenos		776	-	-	776						
Biblioteca		412	163	(140)	-	435					
Veículos											
Imobilizações em andamento e importações		130.078	74.208	-	(153.287)	50.999					
Total custo		1.000.121	77.024	(3.508)	-	1.073.637					
		Saldos em 31/12/2015		Adições		Baixas		Transfe-rências		Saldos em 31/12/2016	
Edificações/benfeitorias		(66.050)	(4.751)	-	-	(70.801)					
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos		(87.816)	(8.617)	217	-	(96.216)					
Móveis, máquinas e utensílios/colchões		(26.624)	(3.917)	152	-	(30.389)					
roupas similares		(10.796)	(354)	-	-	(11.150)					
Imóveis		(7.271)	(421)	-	-	(7.692)					
Instalações		(12.061)	(1.353)	95	-	(13.319)					
Equipamentos de informática		(352)	-	-	-	(352)					
Biblioteca		(326)	(49)	81	-	(294)					
Veículos		(211.296)	(19.462)	545	-	(230.213)					
Total depreciação		788.825	57.562	(2.963)	-	843.424					
Imobilizado líquido		211.296	19.462	545	-	230.213					
		Saldos em 31/12/2014		Adições		Baixas		Transfe-rências		Saldos em 31/12/2015	
Edificações/benfeitorias/jazigos		223.676	515	-	21.847	246.038					
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos		148.385	588	(3.535)	7.430	152.868					
Móveis, máquinas e utensílios/colchões		50.310	686	(458)	3.200	53.738					
roupas similares		16.484	-	-	16.484						
Imóveis		29.095	6	-	78	29.179					
Instalações		12.996	325	(23)	1.015	14.313					
Equipamentos de informática		356.235	-	-	356.235						
Terrenos		776	-	-	776						
Biblioteca		412	-	-	72	412					
Veículos											
Imobilizações em andamento e importações		81.717	82.645	(642)	(33.642)	130.078					
Total custo		920.014	84.765	(4.658)	-	1.000.121					
		Saldos em 31/12/2014		Adições		Baixas		Transfe-rências		Saldos em 31/12/2015	
Edificações/benfeitorias		(57.909)	(8.141)	-	-	(66.050)					
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos		(80.845)	(8.915)	1.944	-	(87.816)					
Móveis, máquinas e utensílios/colchões		(25.220)	(1.684)	280	-	(26.624)					
roupas similares		(9.335)	(1.461)	-	-	(10.796)					
Imóveis		(7.025)	(246)	-	-	(7.271)					
Instalações		(11.295)	(789)	23	-	(12.061)					
Equipamentos de informática		(352)	-	-	-	(352)					
Biblioteca		(277)	(49)	-	-	(326)					
Veículos		(192.258)	(21.285)	2.247	-	(211.296)					
Total depreciação		727.756	63.480	(2.411)	-	788.825					
Imobilizado líquido		192.258	21.285	2.247	-	211.296					
13. Fornecedores											
Fornecedores nacionais		103.017	82.280								
Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:											
		2016	2015								
Vencidos		2.619	5.766								
A vencer até 30 dias		41.693	35.094								
A vencer de 31 a 180 dias		56.152	36.979								
A vencer há mais de 180 dias		2.553	4.441								
		103.017	82.280								
Referem-se às obrigações correntes com fornecedores de materiais e de medicamentos.											
14. Financiamentos - FINIMP											
		Último									
	Banco	Garantia	Taxa a.a. (média)	Vencimento	2016	2015					
Financiamentos em moeda estrangeira											
		Nota									
Bradesco	Promissória	Libor	2,43%	02/06/2017	272	762					
	Sem Contra-garantias										
Brasil	Sem Contra-garantias	Libor/Fixa	3,52%	19/09/2019	2.080	7.051					
	Sem Contra-garantias										
HSBC	Sem Contra-garantias	Libor	2,58%	05/01/2016	-	293					
	Nota										
Safra	Promissória	Fixa	4,67%	16/11/2021	23.942	23.358					
	Sem Contra-garantias										
Santander	Sem Contra-garantias	Libor/Fixa	3,94%	30/07/2021	7.868	5.618					
					34.162	37.082					
					13.212	14.098					
Curto prazo					20.950	22.984					
Longo prazo											
As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:											
		2016	2015								
2018		9.889									
2019		6.601									
2020		3.717									
2021		743									
Total		20.950									
Os financiamentos são registrados pelo seu valor de aquisição atualizado pelas variações cambiais ou monetárias incorridas ao final de cada exercício. Não há cláusula de "Covenants" para os financiamentos Finimp.											
15. Financiamentos - BNDES											
Projeto expansão - Plano diretor (a)		53.946	55.433								
Projeto expansão - Hospital São José (b)		36.576	12.157								
Projeto expansão - Pronto atendimento e hemodiálise		-	739								
		90.522	68.329								
Curto prazo		7.999	6.464								
Longo prazo		82.521	61.865								
As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:											
		2016	2015								
2018			9.604								
2019			9.604								
2020			9.604								
2021			9.604								
2022			9.605								
2023			9.605								
2024			9.605								
2025			8.587								
2026			3.497								
2027			3.206								
Total			82.521								
(a) Projeto expansão Plano Diretor: Em 10 de setembro de 2013 a Associação obteve aprovação do BNDES no montante total de crédito de R\$ 60.641, destinado a modernização do Hospital São Joaquim e para atividade do Banco de Sangue, conforme decisão DIR 991/2013, através do Banco J Safra S.A. Até 31 de dezembro de 2016 a Associação possuía um saldo a pagar de R\$ 53.944, relativa ao crédito acima mencionado, com carência de 24 meses e amortização em 120 meses, juros de 6,98% a.a., tendo sido concedido como garantia a cessão fiduciária de recebíveis de clientes. Não há cláusula de "Covenants". (b) Projeto expansão Hospital São José: Em 02 de setembro de 2015 a Associação obteve aprovação do BNDES no montante total de crédito de R\$ 39.156, destinado a expansão do Hospital São José, conforme decisão DIR 529/2015, através do Banco J Safra S.A. Até 31 de dezembro de 2016 a Associação possuía um saldo a pagar de R\$ 36.576, relativa ao crédito acima mencionado, com carência de 24 meses e amortização em 120 meses, juros de TJLP + 3,00% a.a., tendo sido concedido como garantia a cessão fiduciária de recebíveis de clientes. Não há cláusula de "Covenants".											
16. Obrigações trabalhistas e sociais											
Provisão para férias		40.448	35.361								
Salários a pagar		17.750	15.277								
Benefícios de plano de saúde		11.167	3.777								
Empréstimos consignados		12.695	5.435								
FGTS a recolher		3.769	3.233								
INSS a recolher		2.650	2.279								
IRRF a recolher		3.140	3.651								
Outros		13.976	4.093								
		105.595	73.106								
A Associação registra os custos e despesas referentes a "salários e ordenados" pelo regime de competência, e sua liquidação ocorre no quinto dia útil do mês subsequente. As "provisões de férias" estão integralmente registradas pela parte vencida e proporcional dentro do exercício, incluindo os seus respectivos encargos até a data do balanço. A Associação retém em folha de pagamento, ou seja regime de competência, os valores referentes a "empréstimos consignados", tendo como responsabilidade o repasse para as instituições financeiras no décimo dia do mês subsequente.											
17. Honorários e comissões médicas											
Honorários médicos PJ		26									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA REAL E BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA

suas finalidades essenciais. A Receita Federal do Brasil só autorizava o desembaraço mediante o pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Importação (II). Para conseguir desembaraçar os produtos importados sem pagamento dos tributos, a Associação propôs em 08/04/1996 ação ordinária contra a União Federal, com pedido de antecipação de tutela para fins de depositar no em Juízo os valores questionados, o que foi deferido e os depósitos realizados. Em 22/08/2008 o Juiz de primeira instância preferiu a sentença, julgando procedente a ação, desobrigando o recolhimento dos tributos (IPI e II). (ii) IPTU: A Prefeitura de São Paulo reconhece a imunidade do IPTU apenas dos imóveis utilizados para finalidades assistenciais (imóveis que integram os complexos Hospitalares e os utilizados pelas Clínicas externas). Os imóveis locados, vagos e terrenos são tributados pela Prefeitura. Todas as execuções fiscais propostas pela Prefeitura visando à cobrança do IPTU são embargadas (questionadas judicialmente) pela Associação. Os valores questionados são depositados em Juízo e a Associação tem obtido decisões favoráveis. **20. Passivo atuarial:** O Estatuto Social da Associação prevê a existência de obrigações futuras assumidas com seus associados, representadas por atendimento médico hospitalar gratuito vitalício no Hospital São Joaquim, sendo previstos os seguintes direitos dos Associados de qualquer categoria: **a.** Recorrer a consultas médicas gratuitas, desde que previamente marcadas nos dias e horas regulamentares, com médicos credenciados, sendo que, neste caso, os medicamentos prescritos, se disponíveis, serão vendidos a preço de custo pela farmácia do Hospital; **b.** Receber, no Hospital São Joaquim, o tratamento de que necessitem; **c.** Internar-se no Hospital São Joaquim, sob prescrição de médico credenciado pela Beneficência Portuguesa, para receberem o tratamento e assistência nas especialidades para as quais a Beneficência Portuguesa esteja aparelhada, até o dia em que o médico lhes der alta; dentre outros. A cada encerramento do exercício, a obrigação presente assumida foi calculada a valor presente, com base nas regras determinadas no CPC 33(R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo obtidos os resultados em consonância com critérios atuariais, assim demonstrados:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais no início do período	(258.090)	(183.525)
Taxa de desconto atuarial do período anterior	14,25%	12,75%
(-) Custo de juros sobre a obrigação	(36.778)	(23.399)
(Perda) ganho atuarial do período	(85.527)	(51.166)
Efeito líquido reconhecido em resultado abrangente	(122.305)	(74.565)
Obrigação total no período	(380.395)	(258.090)

Para determinação dos valores em referência, a Associação contratou os atuários Bematez consultoria e gestão de Benefícios, a qual adotou as seguintes premissas e parâmetros na emissão de seu relatório em 13 de fevereiro de 2017: (1) Número de associados expostos ao risco da Beneficência Portuguesa de São Paulo, por faixa etária e sexo nos anos de 2016 e 2015; (2) Bases técnicas e atuariais:

	2016	2015
Taxa de desconto (real)	5,68%	7,25%
Taxa de desconto (nominal)	10,96%	14,25%
Taxa de inflação	5,00%	7,00%
Taxa médica	3,00%	3,00%
Inflação médica (nominal)	8,15%	10,21%

	2016	2015
Tábuas biométricas	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de válidos (i)	AT-2000	AT-2000
Entrada em invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Método de capitalização	PUC	PUC
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Despesas administrativas	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de correção das despesas (ii)	1	1

Aumento do custo por idade (aging factor) 3,0%
 Duration (anos) 12,62 10,80
 (i) AT 2000 por sexo, suavizada em 10%. (ii) Para distribuir as despesas geradas pelos associados com situação cadastral diferente de "AT=Atualizado" pelos associados utilizados para efeito do cálculo, de tal forma que a despesa anual seja mantida; 2016: não atualizada.

21. Patrimônio líquido: Patrimônio social: Conforme estatuto social, a Associação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social. **Ajuste de avaliação patrimonial (reavaliação de bens):** O ajuste de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência da atribuição do "deemed cost" no momento da aplicação pela primeira vez das normas da CPC, da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada no exercício de 2010. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o superávit acumulado. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência possuir imunidade tributária.

	2016	2015
22. Receita da atividade hospitalar		
Pacientes convênios	1.028.294	809.535
Pacientes SUS	156.278	141.984
Pacientes particulares	84.322	93.134
Pacientes não pagantes	-	1.512
	1.268.894	1.046.165
Glosas sobre faturamento	(7.695)	(5.573)
	(7.695)	(5.573)
	1.261.199	1.040.592

	2016	2015
23. Despesas com pessoal		
Salários e ordenados	316.412	281.988
Provisões e encargos sociais	81.906	66.722
Benefícios sociais	61.622	52.813
Encargos sociais	39.002	35.565
Desenvolvimento de recursos humanos	4.251	2.581
	503.193	439.669

	2016	2015
24. Energia, utilidades e comunicações		
Água, Luz e Gás	22.597	20.944
Telefonia	1.330	849
Outros	-	1.140
	23.927	22.934

	2016	2015
25. Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	42.506	42.298
Variáveis cambiais e monetárias líquidas	10.456	-
Outras receitas financeiras	1	825
	52.963	43.123
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(9.033)	(5.489)
Variáveis cambiais e monetárias líquidas	-	(14.022)
Descontos concedidos	(4.381)	(5.922)
Outras despesas financeiras	(334)	(785)
	(13.748)	(26.218)
	39.215	16.905

26. Assistência social - Atendimento ao SUS (Sistema Único de Saúde)
 A instituição é imune a impostos de acordo com o artigo 150, inciso VI, "c" da Constituição Federal do Brasil em razão de cumprir os requisitos legais. Conforme portaria 1970 de 16 de agosto de 2011, o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) de prestação de serviços ao SUS será apurado por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares, medidas por paciente-dia e no total de atendimentos ambulatoriais realizados aos pacientes do SUS e não SUS. A participação do componente ambulatorial SUS será de no máximo 10%. Em setembro de 2013 o Gestor Municipal do Estado de São Paulo, reconheceu através de declaração enviada ao Ministério da Saúde/ DCEBAS que a Maternidade da Unidade Santo Antonio se integra a Rede Cegonha, sendo assim, a Associação passou a usufruir de 1,5% na filantropia (linha estratégica da Portaria 1970/ Atenção Obstétrica e Neonatal). Portanto, para o cumprimento da Filantropia, se faz necessário o atendimento de 48,5% de paciente-dia e 10% de atendimentos ambulatoriais, com vigência a partir de janeiro de 2013. Em 2015 o Gestor Municipal do Estado de São Paulo, também reconheceu através de declaração enviada ao Ministério da Saúde/ DCEBAS que os leitos da Unidade de Tratamento Intensivo do Santo Antônio integram a Rede de Atenção às Urgências (conforme portaria 1452 de dezembro de 2013). Sendo assim, esta linha estratégica contribui com mais 1,5% na filantropia, totalizando 47% de paciente-dia e 10% ambulatorial para perfazer o cumprimento da Filantropia. Em novembro de 2016 foi publicada a portaria 2213 habilitando a Associação como Hospital de Ensino. Sendo assim, esta linha estratégica contribuiu com mais 1,5% na filantropia, totalizando 45,5% de paciente-dia e 10% de atendimentos ambulatoriais. Em setembro de 2016, o Ministério da Saúde/ DCEBAS informou que a Associação, sendo uma instituição habilitada como CACON (portaria SAS nº 62, de 11/03/2009), se integra na Rede de Atenção Oncológica. Desta forma, esta linha estratégica contribui com mais 1,5%, totalizando 44% de paciente-dia e 10% ambulatorial para perfazer o cumprimento da Filantropia. Com observância do limite mínimo de atendimento ao SUS, fixado pelo artigo 4º, inciso II, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868, de 2013, regulamentada pelo Decreto 7.237 de 20 de julho de 2010, revogado pelo Decreto nº 8.242, de 2014; e, Portaria 1.970 de 16 de agosto de 2011, o número total de atendimentos no exercício está assim representado:

Atendimentos 2016							
Internação - Paciente-Dia				Ambulatório - Qtde. Procedimentos			
SUS	Não SUS	Total	% SUS	SUS	Não SUS	Total	% SUS
123.273	157.678	280.951	43,88%	765.731	1.315.529	2.081.260	36,79%

Atendimentos 2015							
Internação - Paciente-Dia				Ambulatório - Qtde. Procedimentos			
SUS	Não SUS	Total	% SUS	SUS	Não SUS	Total	% SUS
116.094	145.215	261.309	44,43%	614.362	1.312.953	1.927.315	31,88%

Em 2015 o percentual obtido de atendimentos via SUS foi de 54,43%, sendo 44,43% de paciente-dia e 10% de atendimento ambulatorial. No ano de 2016, o percentual obtido de atendimento via SUS foi de 53,88%, sendo 43,88% de paciente dia e 10% de atendimento ambulatorial. Embora a Associação possa utilizar apenas 10% dos nossos atendimentos ambulatoriais, ressaltamos que em 2016 a Instituição realizou 765.731 atendimentos ambulatoriais aos usuários do SUS e 1.315.529 atendimentos para usuários não SUS, alcançando cerca de 36,79% (31,88% em 2015). **b. Cumprimento de Metas SUS:** A Associação em 2016 cumpriu com todas a metas qualitativas e quantitativas, conforme exigidas no contrato de contratualização firmado com o órgão regulador municipal do Estado de São Paulo. **c. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** A Associação é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS renovado pela Portaria nº 1477, de 24/10/2016, publicada no DOU em 25 de outubro de 2016, com validade para o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018. **d. PROADI - SUS:** Em dezembro de 2016 o Ministério da Saúde publicou em Diário Oficial nº 237, Seção 1, página 25 reconhecendo a excelência da BP no atendimento aos pacientes da rede SUS, passando a fazer parte do seletivo grupo dos seis hospitais de excelência do Brasil. A expectativa é que a BP passe a integrar ações do PROADI - SUS a partir do triênio 2018-2020 com bases nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde. **27. Renúncia Fiscal:** Em atendimento à ITG 2002(R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG 2002(R1) em setembro de 2015, a Associação por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal com as respectivas alíquotas incidentes: Incidentes sobre a receitas tributáveis (PIS 0,65%, COFINS 3%); Incidentes sobre a folha de pagamento (INSS patronal, terceiros e SAT); Incidentes sobre o superávit do exercício (IR e CS 34%); Ressaltando que tratam-se dos principais impostos e contribuições, em função da Associação não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

28. Instrumentos financeiros: A Associação não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a "Risco de crédito e Risco de liquidez". **Estrutura do gerenciamento de risco:** O gerenciamento de risco da Associação visa identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso um cliente ou contraparte ou de instituições financeiras depositárias de re-

curso de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios e SUS. Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas junto aos convênios médicos e constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto, para os valores a receber de convênios e particulares a Associação constitui provisão para perdas julgada suficiente para cobrir eventuais inadimplências, quanto ao contas a receber do SUS o risco é minimizado por tratar-se de contas a receber de órgãos públicos cujos valores e limites de repasses de recursos estão pré-definidos em contrato. No que tange às instituições financeiras a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Caixa e equivalente de caixa	19.844	24.204
Títulos e valores mobiliários	325.158	291.699
Contas a receber	353.580	269.019
Outras créditos	562	5.093
	699.144	590.015

Os saldos de contas a receber de clientes está reduzido por provisão para créditos de liquidação duvidosa em montantes que a Administração considera suficiente para cobrir eventuais perdas. **Risco de liquidez:** A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, com vista não prejudicar a reputação da Associação. A Associação apresentava em 31 de dezembro de 2016 um saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo R\$ 309.039 (R\$ 309.582 em 2015) frente a um passivo circulante total na mesma data-base de R\$ 280.514 (R\$ 218.731 em 2015) que representa uma posição líquida de R\$ 28.525 (R\$ 90.851 em 2015). **Risco de taxa de juros:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Associação eram:

	2016	2015
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros - CDI		
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	17.603	23.057
Títulos e valores mobiliários	325.158	291.699
Total	342.761	314.756

Passivos financeiros - TJLP
 Financiamentos - BNDES 36.576 12.157
 A Associação mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2016, a Associação apresentava o montante de R\$ 342.761 (R\$ 314.756) em aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários remuneradas em CDI. **Risco cambial:** A Associação mantém operações de empréstimos em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. Os montantes em aberto em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão mencionados na Nota Explicativa nº 14. A Associação não opera com derivativos financeiros que visam proteger a exposição cambial de seus financiamentos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2016, a Associação não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. **Análise de sensibilidade à variação cambial:** Consideramos um cenário provável para o ano de 2017 com taxas equivalentes ao praticado em 31 de dezembro de 2016.

USD	Cenário I - Cenário II -		
	Cenário Provável	Deterioração de 10%	Deterioração de 20%
Taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016	3,2591	3,2591	3,2591
Exposição bruta em moeda estrangeira - US\$	10.482	10.482	10.482
Taxa de câmbio estimada	3,2591	3,5850	3,9109

Efeito no instrumento financeiro
 Aumento Reais - 3.416 6.832

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas aplicações financeiras ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Associação e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis. Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o acordo coletivo da categoria. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Associação possui reduzida parcela de aquisição de materiais em moeda estrangeira e nenhuma contas a receber ou aplicações em moeda estrangeira. **Gestão de capital:** A política da Administração da Associação é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Associação procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Em 31 de dezembro de 2016 a Associação possuía um saldo de caixa e equivalente de caixas e títulos e valores mobiliários de R\$ 345.002. **Valor justo:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações. **29. Partes relacionadas:** A Associação não possui transações entre partes relacionadas e os membros do conselho de administração deliberativo não são remunerados.


Denise Soares dos Santos CEO	Rubens Ermírio de Moraes - Diretor-Presidente	Carlos Herculano Bressiani Superintendente Executivo de Finanças	Valter Baptista Bornal Contador - CRC 1SP 201.591/O-6
--	--	--	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Real e Benemerita Associação de Beneficência Portuguesa - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Real e Benemerita Associação de Beneficência Portuguesa ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes as posição patrimonial e financeira da Real e Benemerita Associação de Beneficência Portuguesa em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de março de 2017

KPMG Assurance Services Ltda.
 CRC 2SP023228/O-4
Marcos Antonio Boscolo
 Contador CRC 1SP198789/O-0